



Número: **0845601-52.2019.8.15.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **2ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **16/07/2020**

Valor da causa: **R\$ 675,00**

Processo referência: **0845601**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE MARCOS DA SILVA FILHO (AUTOR)		JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO) ALEXANDRA CESAR DUARTE (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
23422 594	12/08/2019 14:15	Petição Inicial	Petição Inicial
23422 760	12/08/2019 14:15	JOSE MARCOS DA SILVA	Outros Documentos
23424 149	12/08/2019 14:31	Certidão	Certidão
23425 971	12/08/2019 17:50	Decisão	Decisão
23452 513	13/08/2019 10:43	Certidão	Certidão
23762 620	22/08/2019 17:19	Certidão	Certidão
23841 481	07/09/2019 12:49	Decisão	Decisão
26031 386	12/11/2019 12:13	Ofício	Ofício
26325 389	19/11/2019 14:18	Certidão	Certidão
27509 314	16/01/2020 18:29	Certidão	Certidão
27509 315	16/01/2020 18:29	conflito COMPETENCIA REF 0845601-52.2019.8.15.2001	Documento Decisão Agravada
32063 651	15/07/2020 12:20	Despacho	Despacho
32474 360	20/07/2020 12:04	Certidão	Certidão
32519 272	21/07/2020 13:14	Despacho	Despacho
32630 643	24/07/2020 12:54	Certidão	Certidão

EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA ____VARA CÍVEL DA CAPITAL/PB.

JUSTIÇA GRATUITA

JOSE MARCOS DA SILVA FILHO, brasileiro, solteiro, Profissão: Cozinheiro, inscrito no RG sob o nº 281171934 SECC/RJ e CPF de n.º 050.157.244-97, residente e domiciliado na rua Risalva Oliveira Da Silva, 174, APTO 102, Gramame, João Pessoa/PB, Cep: 58068-115, por seus procuradores e advogados *in fine* assinados, com endereço à rua Agente Fiscal José Costa Duarte, 157, sala 4, Mangabeira, João Pessoa/PB, onde recebem intimações e notificações da espécie, vem perante esse Juízo, propor a presente:

AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)

Em face da **SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob o nº. 09.248.608/0001-04, que poderá ser citada na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP 20031-203, que faz de conformidade com os argumentos fáticos e jurídicos doravante.



1) PRELIMINARMENTE - DA JUSTIÇA GRATUITA

O promovente não possui condições financeiras de arcar com as despesas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo de seu sustento e de sua família. Com fulcro na Constituição Federal, em seu artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015 (Código de Processo Civil), requer o Benefício da Justiça Gratuita.

Não obstante o promovente estar sendo representado em juízo por advogados particulares, esse fato não inibe o deferimento do pleito acima requerido. Nesse sentido, brilhante é o entendimento do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, através da Súmula nº 29, que transcrevemos *in verbis*:

“Súmula 29. Não está a parte obrigada, para gozar dos benefícios da assistência judiciária gratuita, a recorrer aos serviços da Defensoria Pública. (PUB DJ 29/310598)”.

2) DOS FATOS

O promovente é vítima de acidente automobilístico ocorrido em **05/08/2018**, conforme se depreende da cópia do relatório da Certidão de Ocorrência Policial anexada a peça inicial.

Por ocasião do acidente, o autor sofreu inúmeras lesões que o deixaram com sequelas irreversíveis. Os documentos médicos acostados comprovam que houve **fratura de 4º dedo da mão direita, que o deixou com permanente debilidade em todo o membro afetado**, o que o torna beneficiária do seguro denominado (DPVAT), sendo passível de receber indenização integral, qual seja, o valor de R\$ 1.350,00 (mil, trezentos e cinquenta reais), pois sente dificuldades em exercer suas atividades normais do dia a dia.

-

O demandante, ao ingressar com o requerimento na via administrativa, solicitando a liberação do referido seguro, recebeu de uma das seguradoras que fazem parte do complexo de seguradoras denominado FENASEG a quantia de R\$ 675,00 em 16/01/2019, conforme documentação acostada.

-



Contudo, o valor realmente devido à autora corresponde a uma quantia bem maior do que a que recebera, pois a Lei que regulamenta o pagamento do seguro advindo de acidente automobilístico ordena as seguradoras que efetuem o pagamento na quantia de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

Desse modo, facilmente observa-se que o pagamento efetuado pela seguradora à promovente foi feito em um valor bem menor do que era para ser devidamente pago, conforme ficará provado.

3) DO DIREITO

3.1 – DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM

O art. 7º da Lei 6.194/74, por seu turno, determina que, em se tratando do seguro denominado **DPVAT**, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente, constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao referido consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo da demanda que vise o recebimento de indenização relativa ao seguro obrigatório.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que qualquer seguradora que faça parte do **complexo da FENASEG** constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas a **LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**.

Neste diapasão, alinha-se adiante o seguinte julgado, *in litteris*:

“APELAÇÃO CÍVEL – COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE – SEGURADORA – Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de



Seguros Privados”. (TAMG – AP 0350628-9 – Uberlândia – 1ª C. Cív. – Rel. Juiz Silas Vieira – J. 18.12.2001) (destaque nosso)

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se incontroversa qualquer sombra de dúvida, de sorte que qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

3.2 – DA CARÊNCIA DE AÇÃO – preliminar de ausência de submissão à instância administrativa

Merece rejeição a preliminar de ausência de submissão da demanda à esfera administrativa, pois a Lei nº 6.194/74, que instituiu o Seguro obrigatório – DPVAT, alterada pela Lei nº 8.441/92 e 11.482/2007, em seu conteúdo normativo não estabelece a necessidade de esgotamento da esfera administrativa, a fim de pleitear o recebimento do seguro, assim como não exige a negativa por parte das seguradoras que fazem parte do sistema, para tal fim. Como se não bastasse, a Constituição Federal de 1988, diferentemente da anterior, afastou a necessidade da chamada jurisdição condicionada ou instância administrativa de curso forçado, pois já se decidiu pela inexigibilidade de exaurimento das vias administrativas para obter-se o provimento judicial.

3.3 – DA NECESSIDADE DE PROVA PERICIAL

No caso em tela, se faz necessário a produção de prova pericial, a fim de produzir prova médico-pericial, indispensável à comprovação da debilidade permanente de membro, sentido ou função, a ser produzida por médico especialista, da confiança deste juízo, que possui valor legal em qualquer instância ou tribunal. Tal documento é essencial e indispensável para a concessão do seguro obrigatório DPVAT.

Convém, ainda, lembrar que o pagamento da indenização em seu patamar máximo independe da verificação do grau da invalidez que acomete a parte segurada, bastando seja comprovada a ocorrência de invalidez de caráter permanente, até mesmo



porque a legislação aplicável ao caso não faz qualquer distinção ou menção nesse sentido, de modo que a interpretação no sentido de fixar o valor de acordo com o grau da debilidade significaria mudança do texto legal.

3.4 – DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA PARA O RECEBIMENTO DA INDENIZAÇÃO

Anota o art. 5º da Lei nº 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

“O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado”.(grifo nosso)

Reforçando a ideia do artigo acima citado, pontifica o art. 7º, *caput*, da Lei nº 6.194/74, ao estabelecer que:

“A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei”. (destaque nosso).

Assim, não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.



Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que a matéria já se encontra até sumulada na Corte do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

“STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização”.

É inconteste, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

3.5 – DO VALOR A SER DEVIDAMENTE PAGO

Neste especial, a demanda não comporta maiores delongas. É que, a matéria já se encontra pacificada nas mais diversas hostes forenses, inclusive no próprio **STJ**, como veremos adiante.

O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (**DPVAT**) é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) mínimos, a teor da regra esculpida no art. 3º da Lei nº 6.194/74, *in verbis*:

“Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no artigo 2º compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

- até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)



Incontroverso, também, o valor que deverá ser pago a título de indenização, ou seja, até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

-

4) DA POSTULAÇÃO

EX POSITIS, requer a Vossa Excelência:

- a) ordenar a citação da empresa promovida, na pessoa de seu representante legal, no endereço acima declinado, sob pena de confissão e revelia;
- b) ao final, JULGAR TOTALMENTE PROCEDENTE a demanda em epígrafe para condenar a seguradora promovida a pagar a diferença devida ao promovente equivalente ao valor determinado pela perícia médica corrigido desde a data do evento danoso, conforme súmula 54 do STJ;
- c) a designação de audiência prévia de conciliação, nos termos do artigo 319, VII, do CPC/2015, já com perito judicial, com intuito de realização de PERÍCIA MÉDICA ESPECIALIZADA conforme convênio firmado entre o TJPB e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A, como forma de produzir as provas necessárias para a concessão do seguro obrigatório DPVAT;
- d) a concessão do benefício da Justiça Gratuita, com fulcro no artigo 5º, inciso LXXIV e no artigo 98 da Lei 13.105/2015, por não ter condições de arcar com as despesas e custas processuais, sem sacrifício de sua subsistência e de sua família;
- e) ainda, a condenação da promovida em custas processuais e honorários advocatícios, na base de 20% (vinte), sobre o valor da causa, em caso de recurso;
- f) por fim, requer que todas as citações e intimações sejam feitas em nome dos advogados habilitados na presente demanda, de acordo com procuração anexa, sob pena de nulidade.

Protesta o AUTOR, provar o alegado por todos os meios de provas admitidas em direito.



Dá-se à causa o valor de R\$ 675,00.

Nestes termos,

Pede e espera deferimento.

João Pessoa/PB, 25 de julho de 2019.

JOSÉ EDUARDO DA SILVA

OAB/PB 12.578

ALEXANDRA CESAR DUARTE

OAB/PB 14.438



MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA

OAB/PB 17.295

HENDRIX FÉLIX DE ARAÚJO

ESTAGIÁRIO

-

QUESITOS

- 1) Qual o tipo de lesão sofrida pelo Autor em decorrência do acidente mencionado na petição inicial?
- 2) Qual foi o tratamento médico aplicado ao Autor?
- 3) Em razão do acidente e do tempo de recuperação, por quanto tempo o Autor ficou impossibilitado de exercer sua profissão?
- 4) Quais as sequelas físicas da lesão (esclarecendo se temporárias ou permanentes) do autor?
- 5) Restou comprovada debilidade permanente devido a lesão sofrida no acidente acometido?
- 6) A lesão sofrida pelo autor afetou a função do membro?

ANEXO

Danos Corporais Totais

Percentual

Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico

da Perda

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores

Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés

Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior

Perda completa da visão em ambos os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral

Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental

100



alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre

deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d)

comprometimento de função vital ou autonômica

Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais,

pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis

de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de

qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital

Danos Corporais Segmentares (Parciais)

Percentuais

Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores

das Perdas

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou

de uma das mãos

70

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores

Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés

50

Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo

Polegar

25

Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo

Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da

Mão

10

Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé



Danos Corporais Segmentares (Parciais)

Percentuais

Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais

das Perdas

Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho

50

Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral

25

Perda integral (retirada cirúrgica) do baço

10



Duarte e Silva Advogados Associados

Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 05 - Mangabeira, João Pessoa/PB
(83) 98832-9676. (83) 99105-5363. (83) 98660-2858.

PROCURAÇÃO "AD - JUDICIA ET EXTRA"

OUTORGANTE:

CONTRATANTES:

NOME Jose Marcos da Silva Filho TELEFONE (83) 99843-5959

ESTADO CIVIL solteiro PROFISSÃO engenheiro

CPF 050.157.244-97 RG 281171934 ENDEREÇO Rua Risalva

Oliveria da Silva, 174, Apto. 102 - Gramma

Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, Pelo presente instrumento de procuração, nomeia e constitui seus procuradores, **JOSÉ EDUARDO DA SILVA OAB/PB 12.578**, e **ALEXANDRA CESAR DAURTE OAB/PB 14.438** com escritório profissional sito à Rua Agente F. Jose Costa Duarte, 157/sala 06, Mangabeira, João Pessoa, Paraíba.

Ficam conferidos a ele(s), amplos poderes para praticar todos os atos de processos judiciais e extrajudiciais de representação e defesa em qualquer Juízo, instância ou tribunal, perante quaisquer pessoas de direito público, seus órgãos, ministérios, desdobramentos e repartições de qualquer natureza, inclusive autarquias e entidades paraestatais, quaisquer pessoa jurídica de direito privado, sociedade de economia mista ou pessoa física em geral, outorgando poderes para: receber citação inicial, confessar, reconhecer a procedência do pedido, desistir, transigir, assinar documentos, firmar compromissos ou acordos, receber e dar quitação, inclusive levantar/receber alvarás judiciais, conjunta ou separadamente, junto aos cartórios do poder judiciário deste Estado, podendo ainda, substabelecer esta a Outrem, com ou sem reservas de iguais poderes, dando tudo por bom, firme e valioso sempre no interesse do outorgante.

GRATUIDADE JUDICIÁRIA

Declara ainda o outorgante que é necessitado na forma da Lei, cuja situação econômica não lhe permite pagar custas e honorários sucumbenciais, sem prejuízo do seu sustento ou da sua família, e, portanto, solicita os benefícios da JUSTIÇA GRATUITA.

João Pessoa, 25 de julho de 2019

(OUTORGANTE) Jose Marcos da Silva Filho



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTÉRIO DAS CIDADIAS
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁFICO
CARTEIRA NACIONAL DE IDENTIFICAÇÃO

NOME
JOSE MARCOS DA SILVA FILHO

NOB. IDENTIFIC. / DATA EMISSÃO DE
2811/1934 SECC RJ

CPF 050.157.244-97 DATA NASCIM. 23/08/1983

RENÇÃO
JOSE MARCOS DA SILVA
GESILDA SILVA DOS
SANTOS

PERMISSÃO PERMISSÃO ACC CALHA

Nº REGISTRO 07996378101 VÁLIDEZ 11/07/2018 1ª REGISTRAÇÃO 11/07/2018

OBSERVAÇÕES
EAR;

ASSINATURA DO PORTADOR
JOSE MARCOS DA SILVA FILHO

LOCAL JOAO PESSOA, PB DATA EMISSÃO 11/07/2018

ASSINATURA DO EMISSOR 50254151837 PB036338176

PARAÍBA

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL 1656472180

PROIBIDO PLASTIFICAR 1656472180

COMPREV
COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.
02 JAN. 2019
PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA





CAGEPA
COMPANHIA DE ÁGUA E ESGOTOS DA PARAÍBA
Rua Feliciano Cirne, 220 - Jaguaribe João Pessoa - PB
CEP: 58.015-570 - CNPJ: 08.123.654/0001-87

PARA CONTATO COM A CAGEPA
INFORME ESTE NÚMERO

MATRICULA

71780100

REFERENCIAL

10722013

CÓPIA DE CONSUMO DE ÁGUA/ESGOTO E SERVIÇOS

REGINA FLORINDO DA SILVA
RUA RISALVA OLIVEIRA DA SILVA, 174 APTD 102
GRAVAME JOAO PESSOA PB 58063-115

Inscrição	SMI	Quantidade de Economias				Responsável
		Residencial	Comercial	Industrial	Público	
001.036.219-003.102	102	1	0	0	0	

Hidrômetro	Data de Instalação	Localização	Situação Água	Situação Esgoto
V16N12492	25/10/2016	EXTERNO	LIGADO	POTENCIAL

ANTERIOR: 1. ATUAL: 1. CONSUMO (M3): 1. LIG. DE DIA: 1. PROXIMA LIGADURA:				
03	04	11	23	04/11/2013
HIST. CONS./EROR. LIT. E QUREID. AGUA-ABEXO LO FORT. 05/2013				
OUT/2013	10	PARÂMETROS	EXIG	ANALIS
SET/2013	10	TURBIDEZ	0	0
AGO/2013	10	CLORO	0	0
JUL/2013	9	COL. TERMOF.	0	0
JUN/2013	9	COR	0	0
MAY/2013	9	COL. TOTAIS	0	0
MEDIAÇÃO	9	DADOS REFERENTES A: SET/2013		

DATA DA IMPRESSÃO: 05/11/2013 HORA DA IMPRESSÃO: 10:11:11

DESCRIÇÃO: RESIDENCIAL 1 UNIDADE(50) CONSUMO: 10722013

ÁGUA: RESIDENCIAL 1 UNIDADE(50) ATE 10 M3 - R\$ 37,91 POR UNIDADE 10 M3 - R\$ 11,11

ESGOTO: 11 M3 A 20 M3 - R\$ 4,39 POR M3 1 M3 - R\$ 1,11

VALOR APROXIMADO DO TRIBUTOS-R\$ 3,11 PIS E COFINS PIS 10,74 PIS

VENCIMENTO: 17/11/2018 Total a Pagar:

RS 12,11

COMPREV

COMPREV SEGUROS E PREVIDÊNCIA S/A.

02 JAN. 2019

TIPO DE FANTASIA

PROTOCOLO
AG. JOÃO PESSOA



CONDIÇÃO DE LEITURA: REALIZADA
CONDIÇÃO DO TATORAMENTO: REAL

INFORMAÇÕES GERAIS:

"QUANDO A INSCRIÇÃO É PERDIDA, NÃO TEM DOGO GARANTIA"





SECRETARIA DE ESTADO DA
SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL
Delegacia Geral da Polícia Civil
1ª Superintendência Regional de Polícia Civil
Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor
de Boletim de Ocorrência



**POLÍCIA
CIVIL**
PARAÍBA



**GOVERNO
DA PARAÍBA**
Secretaria de Estado da
Segurança e da Defesa Social

CERTIDÃO DE REGISTRO DE OCORRÊNCIA

Nº 10048.01.2018.1.00.401

CERTIFICO, em razão de meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, o Registro de Ocorrência Policial Nº 10048.01.2018.1.00.401, cujo teor agora passo a transcrever na íntegra: À(s) 16:13 horas do dia 20 de dezembro de 2018, na cidade de João Pessoa, no estado da Paraíba, e nesta Central de Polícia Civil de João Pessoa - Setor de Boletim de Ocorrência, sob responsabilidade do(a) Delegado(a) de Polícia Civil Roberta Gouvea Neiva Almeida, matrícula 1560913, e lavrado por Liélia Moraes da Silva, Escrivão de Polícia, matrícula 1557149, ao final assinado, compareceu **José Marcos da Silva Filho**, CPF nº 050.157.244-97, RG nº 281171934 SECC/RJ, nacionalidade brasileira, estado civil solteiro(a), identidade de gênero masculino, profissão Cozinheiro, filho(a) de Gesilda Silva dos Santos e José Marcos da Silva, natural de João Pessoa/PB, nascido(a) em 23/08/1983 (35 anos de idade), residente e domiciliado(a) no(a) Rua Risalva Oliveira da Silva, Nº 174, complemento ap. 102, residencial SHALOM, bairro Gramame, tendo como ponto de referência Não Possui, na cidade de João Pessoa/PB, telefone(s) para contato (83) 99843-5959.

Dados do(s) Fatos:

Local: Rua Otacília Patriota de Almeida, Próximo Ao Posto de Combustível, João Pessoa/PB, bairro Água Fria; Tipo do Local: via/local de acesso público (rua, praça, etc); Data/Hora: 05/08/18 10:40h. Tipificação: em tese, capitulada no(s) **LESÃO ACIDENTAL DE TRÂNSITO**.


E NOTIFICOU O SEGUINTE:

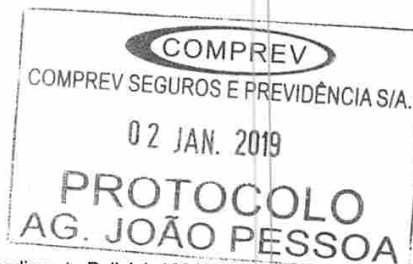
Que estava trafegando na rua Otacília Patriota de Almeida, bairro Água Fria, nesta capital, com seu veículo MOTO SHINERAY XY 50, com placa: OFG-3921/PB, chassi: LXYXCBL09F0229619, RENAVAM: 01140493997, registrado em nome de sua genitora, quando a condutora de um carro que vinha em sua frente, freou de repente com a lanterna de freio apagada, e culminou colidindo na lanterna traseira do lado do motorista deste carro. Relatou que foi socorrido pela própria condutora do carro para o TRAMINHA DE MANGABEIRA onde ficou internado para ser cirurgiado (certidão nº 1616/2018, expedida pela médica FABIANA FERNANDES DE ARAÚJO, CRM/PB: 4516).

Sendo o que havia a constar, cientificado(a) o(a) declarante das implicações legais contidas no Artigo 299 do Código Penal Brasileiro, depois de lida e achada conforme, expeço a presente Certidão. A referida é verdade. Dou fê.

João Pessoa/PB, 20 de dezembro de 2018.


LIÉLIA MORAIS DA SILVA
Escrivão de Polícia


JOSÉ MARCOS DA SILVA FILHO
Noticiante



Procedimento Policial: 10048.01.2018.1.00.401



CERTIDÃO


Nº. 1616/2018

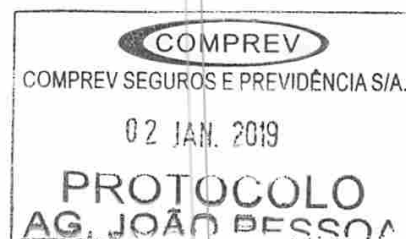
Atendendo solicitação de MARIA CINTHIA GRILO DA SILVA de acordo com buscas procedidas no Serviço de Arquivo Médico e Estatística – SAME do Complexo Hospitalar Mangabeira Governador Tarcísio Burity, certifico a constatação de Ficha de Atendimento Ambulatorial nº 150982 e Prontuário nº 2018.04.001327 pertencentes a **JOSE MARCOS DA SILVA FILHO** que foi atendido dia 05/08/2018 às 11H14min, vítima de colisão moto x carro, apresentando trauma em 4º dedo da mão direita.

Submetido à avaliação médica e exame de imagem que evidenciou fratura de 4º dedo da mão direita. Realizado procedimento cirúrgico dia 13/08/2018 com alta médica dia 13/08/2018.

E para constar eu, Fabiana Fernandes de Araújo, Médica, dato e assino a presente certidão.

João Pessoa, 23 de novembro de 2018


Médica
CRM/PB 4516



Buscar no site

A
COMPANHIA

SEGURO
DPVAT

PONTOS DE ATENDIMENTO (/Pontos-de-
Atendimento)

CENTRO DE DADOS E
ESTATÍSTICAS

SALA DE
IMPRENSA

TRABALHE
CONOSCO

CONTATO

Seguro DPVAT

Acompanhe o Processo de Indenização

Requisito

Nova Consulta

Todos os documentos apresentados, não importando o ponto de atendimento escolhido para a entrega, são encaminhados para o DPVAT. O prazo para emissão do parecer final é de 30 dias a contar da data de entrega da documentação completa.

SINISTRO 3190008971 - Resultado de consulta por beneficiário

VÍTIMA JOSE MARCOS DA SILVA FILHO

COBERTURA Invalidez

PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO Comprev Previdência S/A-Filial João Pessoa - PB

BENEFICIÁRIO JOSE MARCOS DA SILVA FILHO

CPF/CNPJ: 05015724497


Posição em 16-01-2019 16:45:56

Desculpe, no momento, não conseguimos localizar informações com os dados que você forneceu. Por gentileza, clique aqui ([http://www.seguradoralider.com.br/contato](#)) para entrarmos em contato com você para informar a situação do seu pedido de indenização.

Data do Pagamento	Valor da Indenização	Juros e Correção	Valor Total
16/01/2019	R\$ 675,00	R\$ 0,00	R\$ 675,00

Jose Marcos da Silva Filho

Histórico das correspondências enviadas

Data da Carta	Referência	Ver Carta
05/01/2019	Aviso de Sinistro	 (https://sisdpvatdocs.seguradoralider.com.br:8443/api/file/download/SXr6KRr_cYCF4mAMeF+faw=api_key=WC0KGk1kCRZvGaIEW+KKZ4emarPP1Qwzrspw1G__7o=)

Baixe o aplicativo do Seguro DPVAT



(<https://itunes.apple.com/us/app/seguero-dpvat/id1375178092?l=pt&ls=1&mt=8>)



(<https://play.google.com/store/apps/details?id=br.com.seguradoralider.dpvat.plataformadigital>)





Poder Judiciário da Paraíba
8ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

0845601-52.2019.8.15.2001 [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

CERTIDÃO

Certifico que passo a fazer **CONCLUSÃO** dos presentes autos ao MM Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca da Capital.

Dou fé.

João Pessoa-PB, em 12 de agosto de 2019

SÉRGIO RICARDO COELHO MILANÊS

Analista/Técnico Judiciário





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Cível da Capital

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0845601-52.2019.8.15.2001

DECISÃO

Vistos, etc.

Cuida-se de **Ação de Cobrança de Seguro Obrigatório (DPVAT)** ajuizada por José Marcos da Silva Filho em desfavor da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT, pelas razões expostas na inicial.

Verifica-se da inicial e dos documentos que a instruem que tanto a residência da parte autora (Barra de Gramame) quanto o local do acidente (Água Fria) são bairros situados em área territorial de jurisdição do Fórum de Mangabeira.

Registre-se, por oportuno, que o Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba se posiciona pela competência absoluta, e não territorial, do Foro Regional de Mangabeira, nestes termos:

AGRAVO DE INSTRUMENTO COM PEDIDO LIMINAR - AÇÃO DECLARATÓRIA- REMESSA DOS AUTOS À VARA DISTRITAL DE MANGABEIRA - IRRESIGNAÇÃO - COMPETÊNCIA ABSOLUTA - MANUTENÇÃO - SEGUIMENTO NEGADO. - "As varas distritais foram fixadas visando a uma melhor distribuição da justiça dentro de uma mesma comarca, possuindo, portanto, natureza de competência absoluta, uma que foi fixada por critério funcional, sendo, destarte, improrrogável e inderrogável pela vontade das partes. Sendo assim, ainda na linha de entendimento perfilhado pelo parecer ministerial, restando demonstrado nos autos que o último domicílio do de cujus era no bairro dos Bancários em João Pessoa, a competência para processar e julgar a demanda é da 2ª Vara Regional de Mangabeira (...)" (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 20088884220148150000, - Não possui -, Relator DES SAULO HENRIQUES DE SÁ E BENEVIDES, j. Em 25-03-2015) (Agravado de Instrumento 0001584-89.2015.815.0000, Rel. Des. Saulo Henrique de Sá e Benevides, Data do Julgamento 28/10/2015)

O Artigo 1º da Resolução nº 55/2012 prevê:

“Art. 1º. A jurisdição das varas regionais e dos juzizados especiais regionais mistos de Mangabeira será exercida nos limites territoriais dos Bairros de **Água Fria**, **Anatólia**, **Bancários**, **Barra de Gramame**, **Cidade dos Colibris**, **Costa do Sol**, **Cuiá**, **Ernesto Geisel**, **Funcionários II**, **Funcionários III** e **Funcionários IV**, **Grotão**, **Jardim Cidade Universitária**, **Jardim São Paulo**, **João Paulo II**, **José Américo**, **Mangabeira**, **Muçumago**, **Paratibe**, **Penha**, **Planalto da Boa Esperança** e **Valentina Figueiredo**, do Município de João Pessoa”.



Isto posto, nos termos do art. 64, §1º, do CPC, e em observância ao art. 1º da Resolução n.º 55/2012, do TJPB, **declino da competência para uma das Varas do Foro Regional de Mangabeira**, com baixa na distribuição.

JOÃO PESSOA, 12 de agosto de 2019.

Juiz(a) de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0845601-52.2019.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: AUTOR: JOSE MARCOS DA SILVA FILHO
Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CERTIDÃO

Certifico que, nesta data, faço a redistribuição dos presentes autos para uma das Varas do Fórum Regional de Mangabeira.

Dou fé.

JOÃO PESSOA, 13 de agosto de 2019
SÉRGIO RICARDO COELHO MILANÊS





Poder Judiciário da Paraíba
1ª Vara Regional de Mangabeira

R HILTON SOUTO MAIOR, S/N, - de 5/6 a 5/6, MANGABEIRA, JOÃO PESSOA - PB - CEP:
58055-018

Número do Processo: 0845601-52.2019.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [ACIDENTE DE TRÂNSITO]
Polo ativo: AUTOR: JOSE MARCOS DA SILVA FILHO
Polo passivo: RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que, o endereço do autor informado na petição inicial e comprovante de residência de ID 23422760 situa-se no bairro de **GRAMAME** e não se localiza em Barra de Gramame como mencionado na decisão de Id 23425971, em obediência à Resolução nº 55/2012, faço os autos conclusos para deliberação.

JOÃO PESSOA, 22 de agosto de 2019
SILVANA GIANNATTASIO



**PODER JUDICIÁRIO DA PARAÍBA
COMARCA DE JOÃO PESSOA
1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA**

PROCESSO NÚMERO - 0845601-52.2019.8.15.2001

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
ASSUNTO(S): [ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: JOSE MARCOS DA SILVA FILHO

Advogados do(a) AUTOR: JOSE EDUARDO DA SILVA - PB12578, ALEXANDRA CESAR DUARTE - PB14438

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

DECISÃO



Vistos, etc.

Trata-se de AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT), cuja parte autora reside em bairro sob a jurisdição do foro central, enquanto que o réu tem domicílio em outro Estado da Federação, e o acidente ocorreu no bairro de Água Fria.

Em decisão (ID 23425971), o juízo da 2ª Vara Cível da Capital declinou da competência para processar e julgar a presente ação, considerando, o foro do domicílio do autor. Ocorre que o bairro de **Gramame** não faz parte da jurisdição do foro regional de Mangabeira, não devendo portanto, ser confundido com o bairro **Barra de Gramame**.

A jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ) considera que o autor de ação para receber o seguro DPVAT pode escolher entre qualquer dos foros possíveis para ajuizamento de ação decorrente de acidente de veículo: o do local do acidente, de seu domicílio ou ainda do domicílio do réu.

A competência regionalizada na lei de organização judiciária é do juízo, isto é, competência funcional, pois corresponde à divisão interna das atribuições entre os vários juízos da mesma comarca.

A propósito do assunto, o TJRS já decidiu assim: "*Na comarca da capital, a repartição dos feitos entre o foro centralizado e os foros regionais é motivada em razões de ordem pública, autorizados os juízes a, de ofício, declinar da competência entre os referidos foros, obedecidos os preceitos do COJE e dos artigos 94 e 111 do CPC*".

Ante o exposto, **SUSCITO** o conflito negativo de competência, apontando como juízo suscitado a 2ª Vara Cível da Comarca de João Pessoa.

Intime-se a parte autora desta decisão.

Oficie-se ao Tribunal de Justiça da Paraíba informando do presente conflito de competência, devendo o presente ofício ser acompanhado das peças necessárias para a sua apreciação.

P. I. Cumpra-se com urgência.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]

Juíza de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa, PB

CEP: 58.013-520

Telefone: (83)3238-6333

OFÍCIO Nº 1000/2019-scf

João Pessoa/PB, 7 de novembro de 2019.

Nº DO PROCESSO: 0845601-52.2019.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE MARCOS DA SILVA FILHO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

D E S T I N A T Á R I O :

**Ao Excelentíssimo Senhor Desembargador Márcio Murilo da Cunha Ramos
Presidente do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba
João Pessoa/PB**

Senhor Presidente,

Após cumprimentá-lo com o mais elevado respeito, informo a Vossa Excelência, para as providências que se fizerem necessárias, que foi suscitado o conflito de competência por este Juízo, nos autos acima destacados. Seguem, em anexo, cópia da petição inicial, da decisão onde foi determinada a redistribuição dos autos para este Fórum Regional, bem como da decisão que suscitou o conflito.

Respeitosamente,

João Pessoa/PB, 7 de novembro de 2019.

[Documento assinado eletronicamente]

Juíza de Direito





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

CERTIDÃO

Nº DO PROCESSO: 0845601-52.2019.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE MARCOS DA SILVA FILHO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certifico e dou fé que, nesta data, enviei o Ofício retro e seus anexos, via Malote Digital, para fins de dirimir o conflito ora suscitado nestes autos, conforme recibo de envio abaixo colacionado:



Poder Judiciário **Malote Digital**

Impresso em: 19/11/2019 às 14:15

RECIBO DE DOCUMENTO ENVIADO E NÃO LIDO

Código de rastreabilidade: 81520192766670

Documento: oficio_TJPB CONFLITO 19 11 0845601 52 2019.pdf

Remetente: 1ª Vara Regionalde Mangabeira (SILVANA DE CARVALHO FERREIRA)

Destinatário: Gerência de Protocolo e Distribuição - JUDICIAL (TJPB)

Data de Envio: 19/11/2019 14:13:42

Assunto: Segue em anexo ao Of. 1000/2019-scf, os docs relativos ao conflito de competência suscitado nos autos do PJE 0845601-52.2019.815.2001

Código de rastreabilidade: 81520192766671

Documento: PETIÇÃO INICIAL.pdf

Remetente: 1ª Vara Regionalde Mangabeira (SILVANA DE CARVALHO FERREIRA)

Destinatário: Gerência de Protocolo e Distribuição - JUDICIAL (TJPB)

Data de Envio: 19/11/2019 14:13:42

Assunto: Segue em anexo ao Of. 1000/2019-scf, os docs relativos ao conflito de competência suscitado nos autos do PJE 0845601-52.2019.815.2001

Código de



rastreabilidade: 81520192766672

Documento: DECISÃO.pdf

Remetente: 1ª Vara Regional de Mangabeira (SILVANA DE CARVALHO FERREIRA)

Destinatário: Gerência de Protocolo e Distribuição - JUDICIAL (TJPB)

Data de Envio: 19/11/2019 14:13:42

Assunto: Segue em anexo ao Of. 1000/2019-scf, os docs relativos ao conflito de competência suscitado nos autos do PJE 0845601-52.2019.815.2001



Imprimir

João Pessoa/PB, 19 de novembro de 2019.

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA
Analista Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
ESTADO DA PARAÍBA
COMARCA DA CAPITAL**

1ª VARA REGIONAL DE MANGABEIRA

Av. Hilton Souto Maior, s/n, Mangabeira, João Pessoa/PB
CEP: 58.013-520, Telefone: (83)3238-6333

CERTIDÃO

Nº DO PROCESSO: 0845601-52.2019.8.15.2001

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE MARCOS DA SILVA FILHO

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

Certifico e dou fé que, nesta data, inseri neste processo o Malote Digital RELATIVO À DECISÃO DO CONFLITO SUSCITADO.

João Pessoa/PB, 16 de janeiro de 2020.

SILVANA DE CARVALHO FERREIRA
Analista Judiciário





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
PODER JUDICIÁRIO

MALOTE DIGITAL

Tipo de documento: Administrativo

Código de rastreabilidade: 81520202838804

Nome original: 0812318-27.2019.8.15.0000 - conflito 1a x 2a vara de mangabeira.pdf

Data: 13/01/2020 16:45:34

Remetente:

Robson de Lima Cananea

1ª Câmara Especializada Cível

TJPB

Prioridade: Normal.

Motivo de envio: Para conhecimento.

Assunto: Em anexo, para conhecimento e providências, cópia da Decisão lançada no CONFLITO 0806327-70.2019.8.15.0000. Suscitante: 1a Vara de Mangabeira. Suscitado: 2ª Var a de Mangabeira. Processo originário 0845601-52.2019.8.15.2001.





13/01/2020

Número: **0812318-27.2019.8.15.0000**

Classe: **CONFLITO DE COMPETÊNCIA**

Órgão julgador colegiado: **1ª Câmara Cível**

Órgão julgador: **Des. Leandro dos Santos**

Última distribuição : **21/11/2019**

Valor da causa: **R\$ 0,00**

Processo referência: **0845601-52.2019.8.15.2001**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
1ª. VARA REGIONAL DE MANGABEIRA (SUSCITANTE)			
Juízo da 2a. Vara Cível da Capital (SUSCITADO)			
JOSE MARCOS DA SILVA FILHO (TERCEIRO INTERESSADO)		JOSE EDUARDO DA SILVA (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A (TERCEIRO INTERESSADO)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
5072145	10/12/2019 14:16	Decisão	Decisão





Poder Judiciário do Estado da Paraíba
1ª Câmara Cível
Des. Leandro dos Santos

Processo nº: 0812318-27.2019.8.15.0000
Classe: CONFLITO DE COMPETÊNCIA (221)
Assuntos: [Acidente de Trânsito]
SUSCITANTE: 1ª. VARA REGIONAL DE MANGABEIRA
SUSCITADO: JUÍZO DA 2A. VARA CÍVEL DA CAPITAL

DECISÃO MONOCRÁTICA

**CONFLITO NEGATIVO DE
COMPETÊNCIA CÍVEL. AÇÃO DE
COBRANÇA. DPVAT. COMPETÊNCIA
TERRITORIAL DECLINADA *EX OFFICIO*.
CONFLITO SUSCITADO. COMPETÊNCIA
DE NATUREZA RELATIVA.
IMPOSSIBILIDADE DE DECLINAÇÃO *EX
OFFICIO*. ENTENDIMENTO
CONSOLIDADO POR MEIO DO
ENUNCIADO N.º 33 DA SÚMULA DA
JURISPRUDÊNCIA PREDOMINANTE DO
STJ. COMPETÊNCIA DO JUÍZO
SUSCITADO.**

— O enunciado n.º 33 da Súmula da
Jurisprudência Predominante do Superior
Tribunal de Justiça não deixa margem para
dúvidas ao proclamar que a incompetência
relativa não pode ser declarada de ofício.

RELATÓRIO

Trata-se de Conflito Negativo de Competência em sede de uma AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO – DPVAT, Suscitado pelo Juízo da 1ª Vara Regional de Mangabeira (ID NUM. 4943734 - Pág. 05/06), apontando como Competente o Juízo de Direito da 2ª Vara Cível da Capital.



Assinado eletronicamente por: Leandro dos Santos - 10/12/2019 14:16:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121014161428100000005056399>
Número do documento: 19121014161428100000005056399

Num. 5072145 - Pág. 1



Assinado eletronicamente por: SILVANA DE CARVALHO FERREIRA - 16/01/2020 18:29:24
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011618292424700000026545419>
Número do documento: 20011618292424700000026545419

Num. 27509315 - Pág. 3

Alega o suscitante negativa de jurisdição para julgar a presente ação, argumentando que a presente demanda deve ser julgada pelo juízo suscitado, uma vez que as ações de cobrança de seguro DPVAT, também podem ser ajuizadas no domicílio do réu, conforme entendimento do STJ.

Informações não prestadas pelo Juízo suscitado.

Instada a se manifestar, a Procuradoria-Geral de Justiça opinou pela Procedência do Conflito.

É o relatório.

DECIDO.

A decisão do Juízo de Direito da 2.^a Vara Cível de João Pessoa que declinou, *ex officio*, de competência relativa, vai de encontro ao Enunciado n. 33, da Súmula da Jurisprudência predominante do Superior Tribunal de Justiça: “A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício”.

Neste sentido, veja-se que o Magistrado, repita-se, de ofício, declinou da competência por invocação de critério funcional a justificar, em tese, a competência de outra unidade judiciária, máxime levando-se em consideração o domicílio do autor. De forma que, devendo a incompetência relativa do juízo, ser arguida por meio de exceção (princípio dispositivo), o ato questionado revela-se ineficaz.

Como a competência relativa é matéria de direito dispositivo, é vedado ao juiz pronunciar-se *ex officio* sobre ela. Agindo de ofício, o juiz invadirá a esfera de disponibilidade da parte, pois o réu pode querer a prorrogação da competência.

No mesmo sentido, é a Jurisprudência deste Tribunal:

AGRAVO DE INSTRUMENTO. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. FORO COMPETENTE. LOCAL DO ACIDENTE, DOMICÍLIO DO AUTOR OU DO RÉU. LIVRE ESCOLHA DO PROMOVENTE DA AÇÃO. DECISÃO RECORRIDA EM CONFRONTO COM PRECEDENTES DO STJ. APLICAÇÃO DA REGRA DO 557, § 1º-A, DO CPC. PROVIMENTO. - A Segunda Seção do Superior Tribunal de Justiça firmou entendimento no sentido de que, na Ação de Cobrança do seguro DPVAT, constitui



Assinado eletronicamente por: Leandro dos Santos - 10/12/2019 14:16:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19121014161428100000005056399>
Número do documento: 19121014161428100000005056399

Num. 5072145 - Pág. 2



Assinado eletronicamente por: SILVANA DE CARVALHO FERREIRA - 16/01/2020 18:29:24
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011618292424700000026545419>
Número do documento: 20011618292424700000026545419

Num. 27509315 - Pág. 4

faculdade do Autor escolher entre o foro do seu próprio domicílio, o do local do acidente ou, ainda, o do domicílio do Réu. - A competência das varas distritais é relativa, posto ser fixada com base no critério territorial. Precedentes do Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba. - "A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício" (Súmula 33 do Superior Tribunal de Justiça). (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00017234120158150000, - Não possui -, Relator DES LEANDRO DOS SANTOS , j. em 01-04-2015)

CONFLITO DE COMPETÊNCIA - AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT - COMPETÊNCIA TERRITORIAL DECLINADA EX OFFICIO - REDISTRIBUIÇÃO DO FEITO PARA COMARCA DO DOMICÍLIO DA PARTE AUTORA - IMPOSSIBILIDADE - COMPETÊNCIA RELATIVA - NECESSIDADE DE EXCEÇÃO DE INCOMPETÊNCIA DO REÚ - CONHECIMENTO DO CONFLITO - competência do juízo SUSCITADO. - "Súmula 33 STJ: "A incompetência relativa não pode ser declarada de ofício." VISTOS, RELATADOS E DISCUTIDOS, os presentes autos antes identificados. (TJPB - ACÓRDÃO/DECISÃO do Processo Nº 00042510220158150371, 3ª Câmara Especializada Cível, Relator DES. SAULO HENRIQUES DE SÁ BENEVIDES , j. em 25-10-2016)

Feitas estas considerações, em harmonia com o Parecer Ministerial, conheço do conflito para declarar, **PARA JULGÁ-LO PROCEDENTE** e declarar competente o Juízo da 2.ª Vara Cível da Capital para processamento e julgamento do feito, em consonância com o Enunciado n.º 33 da Súmula da Jurisprudência Predominante do STJ.

Oficie-se o Juízo Suscitante e Suscitado, servindo esta Decisão como ofício.

João Pessoa, 10 de dezembro de 2019

Desembargador **LEANDRO DOS SANTOS**

Relator



Assinado eletronicamente por: Leandro dos Santos - 10/12/2019 14:16:14
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje2g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=1912101416142810000005056399>
Número do documento: 1912101416142810000005056399

Num. 5072145 - Pág. 3



Assinado eletronicamente por: SILVANA DE CARVALHO FERREIRA - 16/01/2020 18:29:24
<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=20011618292424700000026545419>
Número do documento: 20011618292424700000026545419

Num. 27509315 - Pág. 5



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA



1ª VARA REGIONAL CÍVEL DE MANGABEIRA

PROCESSO NÚMERO - 0845601-52.2019.8.15.2001

CLASSE: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

ASSUNTO(S): [Acidente de Trânsito]

AUTOR: JOSE MARCOS DA SILVA FILHO

Advogados do(a) AUTOR: JOSE EDUARDO DA SILVA - PB12578, ALEXANDRA CESAR DUARTE - PB14438

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DESPACHO



Vistos.

Considerando o resultado do Conflito de Competência, conforme ID 27509315, remetam-se os autos à 2ª Vara Cível desta Capital/PB.

Cumpra-se com urgência.

João Pessoa, na data da assinatura eletrônica.

[Documento datado e assinado eletronicamente - art. 2º, lei 11.419/2006]
Juíza de Direito





Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, S/N, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

0845601-52.2019.8.15.2001 [Acidente de Trânsito]
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

CERTIDÃO

Certifico que passo a fazer **CONCLUSÃO** dos presentes autos ao MM Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca da Capital.

Dou fé.

João Pessoa-PB, em 20 de julho de 2020

SÉRGIO RICARDO COELHO MILANÊS

Analista/Técnico Judiciário





**Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Cível da Capital**

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7) 0845601-52.2019.8.15.2001

DESPACHO

Vistos, etc.

Conflito de competência (**ID 27509314**) julgado para declarar a competência da 2ª Vara Cível da Capital.

Defiro os benefícios da Justiça Gratuita.

Certifique se existe ação semelhante ajuizada pela parte autora, em tramitação ou já arquivada. Em caso positivo, voltem os autos conclusos.

Em caso negativo, nos processos de DPVAT em que ocorrem lesão a vítima a seguradora somente transige após a realização de perícia. Por tal razão, deixo de remeter, por hora, ao Centro de de Conciliação Cível tendo em vista que tal providência neste momento processual será infrutífera.

Cite-se a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguros DPVAT S/A para contestar a ação no prazo legal. Após, **intime-se** o autor para apresentar impugnação no prazo de 10 (dez) dias.

JOÃO PESSOA, 21 de julho de 2020.

Gianne de Carvalho Teotonio Marinho

Juíza de Direito







Poder Judiciário da Paraíba
2ª Vara Cível da Capital

AV JOÃO MACHADO, - até 999/1000, CENTRO, JOÃO PESSOA - PB - CEP: 58013-520

Número do Processo: 0845601-52.2019.8.15.2001
Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)
Assunto: [Acidente de Trânsito]
Polo ativo: AUTOR: JOSE MARCOS DA SILVA FILHO
Polo passivo: REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

CERTIDÃO

Certifico e dou fé que não existe ação semelhante ajuizada pela parte autora, em tramitação ou já arquivada.

JOÃO PESSOA, 24 de julho de 2020
NAIARA CAROLINE DE NEGREIROS FRACARO

